

---

# Relações internacionais e filosofia política: o que pode a economia na política?

Agemir Bavaresco<sup>1</sup>

A *Revista Opinião Filosófica* disponibiliza, na seção *Dossiê* deste número, vários artigos dos participantes do Seminário em *Relações Internacionais na Filosofia Política Moderna e Contemporânea*. Nossa preocupação fundamental ao fazer o estudo dos textos clássicos de Filosofia Política, que tratam das relações entre os povos e Estados, foi responder ao seguinte problema subjacente: *O que pode a economia na política?* Os artigos que compõem este dossiê em suas diferentes abordagens e autores procuraram levar em conta este problema.

Apresentamos a seguir duas resenhas reconstrutivas sobre a democracia: a primeira, relacionada ao socialismo e, a segunda, à economia. No cenário internacional, o tema da democracia compõe a agenda dos interesses no debate sobre a interface entre economia e política que os dois textos a seguir nos desafiam a refletir.

## A - Socialismo e democracia

**1 – O problema:** Faremos a reconstituição da Parte IV – “Socialismo e Democracia” da obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*<sup>2</sup> (daqui para frente CSD) de Joseph A. Schumpeter. Essa parte compõe-se de três capítulos, começando o capítulo 20 - “O equacionamento do problema”, expondo *a ditadura do proletariado*. Até 1916 se aceita como indissolúvel a relação entre socialismo e democracia. Os socialistas, com exceção de alguns sindicalistas, afirmam serem os verdadeiros democratas. Entende-se que o controle privado dos meios de produção constitui a base dos capitalistas explorarem o trabalho e de impor os interesses de classe sobre a administração dos negócios públicos da sociedade. A tese marxista resume-se assim: O poder político do capitalismo é uma forma particular do seu poder econômico. Por isso, não pode haver democracia política sem a democracia econômica. Mas, como realizar esta teoria?

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia. Professor do PPG em Filosofia da PUCRS. E-mail: abavaresco@pucrs.br

<sup>2</sup> SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. Abreviaremos a obra assim: CSD.

Os socialistas propõem implementar o ideal da democracia pela *revolução e ditadura* como meios para abrir à força, pela violência e terror os “portões do paraíso socialista”. Constatase ainda que a anulação da democracia durante o período de transição pode durar muito tempo “e já há meios para que o grupo dominante, instalado no poder por uma revolução vitoriosa, possa prolongá-los indefinidamente ou adotar a forma, mas não a substância, da democracia” (CSD, p. 285).

A *história dos partidos socialistas* coloca dúvidas sobre o credo democrático praticado por eles. O partido é dirigido por uma minoria, não há debates e as eleições apresentam candidatos únicos. Eles consideram esta prática “a mais perfeita democracia do mundo”, porém, a maioria dos americanos não endossaria tal crença. Existem grupos socialistas que sustentam os ideais democráticos segundo o modelo dos Estados Unidos, tais como os socialistas ingleses, belgas, países escandinavos, alemães etc. Esses grupos leais à democracia adotaram o título de social-democratas. Para Schumpeter, os partidos socialistas “adotam a democracia se e quando ela serve aos seus ideais e interesses” (p. 289).

Porém, a democracia é, para Schumpeter, “um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas” (p. 291).

**2 – A doutrina clássica da democracia:** Eis o conceito de democracia no século XVIII – “O método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade” (p. 300). O autor destaca neste conceito dois aspectos: o bem comum e a vontade comum que corresponde ao bem-estar ou felicidade comuns. O problema é a maneira de fazer funcionar a democracia. Nesse sentido, o utilitarista não conhece a diversidade do bem comum, mesmo maximizando a satisfação das necessidades não se consegue satisfazer os casos individuais. O utilitarista entende a vontade geral como a soma das vontades individuais e esquece o conceito de *alma do povo* dos românticos. Ele unifica as vontades individuais, fundindo-as numa discussão racional. Surge uma vontade comum ou opinião pública do complexo de situações, vontades e ações. O mesmo autor entende ainda que não seria “conveniente conservar essa expressão, pois ela tende a obscurecer, logo que amputamos a vontade do povo de sua conotação utilitarista, uma teoria diferente sobre a mesma coisa” (p. 303).

Schumpeter tematiza um tema clássico da democracia moderna: a natureza humana na política, ou seja, o problema do que determina a vontade do eleitor, seus poderes de observação e interpretação dos fatos e capacidade de fazer inferências racionais. Porém, a ideia de unidade homogênea da natureza humana e uma vontade racional desaparecem com os estudos da psicologia e ciências sociais e os elementos irracionais no comportamento recebem mais atenção. Vários são os estudos questionando a racionalidade no comportamento político. Por exemplo, Gustave Le Bon descreve o comportamento humano sob a influência das aglomerações em sua psicologia das multidões. Os economistas constataam que os consumidores satisfazem suas necessidades não de uma forma racional segundo os manuais

econômicos, mas são orientados pela persuasão dos produtores, em que uma propaganda repetida vale mais do que um argumento racional. A vontade e a ação não são determinadas apenas racionalmente, tanto em nível dos interesses da vida diária no lar e nos negócios como nos interesses públicos mais amplos do funcionamento da democracia. “Os eleitores demonstram serem juízes maus e corruptos [...], pois tomam em consideração politicamente apenas a promessa a curto prazo, e a racionalidade a curto prazo é a única que realmente interessa” (p. 312). Isso reduz o senso de responsabilidade e de vontade efetiva, pois cederia “a preconceitos ou impulsos irracionais”, em que a vontade geral é artificialmente fabricada. “As maneiras em que os fatos e a vontade popular sobre qualquer assunto são manipulados correspondem exatamente aos métodos da publicidade” (p. 314) comercial e a propaganda política. Schumpeter entende que a História mostra que o povo é, em curto prazo, “gradualmente enganado e levado a fazer algo que não deseja” e que os “fatos que lhe modelam o destino são habitualmente equacionados e decididos em seu nome” (p. 316).

Quais são, então, as razões da sobrevivência da doutrina clássica do credo democrático, uma vez que “a sua base teórica, o racionalismo utilitário, está morto”? Schumpeter argumenta que se trata da substituição da fé religiosa pelo credo utilitarista: “O credo utilitário constituía um substituto para o intelectual que havia renunciado à fé religiosa” (p. 317), ou seja, o credo democrático substitui a religião e sua doutrina, secularizando-se categorias como igualdade, liberdade e fraternidade. Então, a democracia deixa de ser um método e passa a ser um ideal, uma bandeira, um símbolo.

**3 – Outra teoria da democracia:** Schumpeter critica a teoria clássica da democracia, pois centraliza-se na afirmação de que o povo tem uma opinião definida e racional sobre as questões que lhe interessa e manifesta isso através da escolha de seus representantes que se encarregam de sua solução. O autor propõe inverter essa concepção encarregando o povo de formar um governo, ou corpo intermediário, que formará o executivo nacional: “O método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (p. 321). Isto corresponde a uma monarquia parlamentar, como a inglesa, pois preenche os requisitos do método democrático, em que o monarca limita-se a nomear o gabinete que o próprio povo, como parlamento elegeria. Ele descreve várias características desta teoria, tais como: deixa espaço para o papel da liderança individual e coletiva, garante a concorrência pelo voto livre, a liberdade individual, a representação proporcional da vontade do povo. Cabe ao povo eleger o parlamento, o órgão intermediário, que formará o governo, escolherá o primeiro-ministro e votará a lista de ministros por ele apresentada.

**4 – Liderança e método democrático:** A liderança competitiva pode ser aplicada na relação entre democracia e ordem socialista, embora uma possa existir sem a outra. Schumpeter enumera uma série de questões sobre a liderança competitiva: não há razão para acreditar que os políticos serão melhores ou piores no regime socialista; há dúvidas a respeito da eficiência administrativa da democracia em sociedades vastas e complexas; há o problema da qualidade dos homens, pois “o método democrático cria políticos profissionais, a quem transforma em administradores e *estadistas* amadores” (p. 345).

Existem várias condições para o êxito do método democrático: que os eleitos sejam de qualidade; que o campo de decisões políticas não seja estendido demasiadamente longe; que os servidores sejam bem formados e tenham um forte sentido de dever e espírito de corpo; autocontrole democrático; tolerância com as diferenças de opiniões.

A democracia moderna, para Schumpeter, é produto do sistema capitalista, pois reduz as decisões da esfera política a um “Estado modesto, que existe primariamente para garantir a legalidade burguesa e fornecer uma estrutura firme à iniciativa individual em todos os campos” (p. 353). De seu lado, “a ideologia do socialismo clássico é descendente da ideologia burguesa. Partilha, sobretudo, do fundo racional e militarista da última e das ideias da doutrina clássica da democracia” (p. 355).

**Conclusão:** Schumpeter desconstrói a teoria clássica da democracia, até então aceita sem grandes restrições pelos teóricos que se ocupavam das discussões acerca da representação política do povo. Ele apresenta uma nova abordagem que desmistifica certos conceitos como “vontade geral do povo”, aclarando a impossibilidade lógica do exercício racional desta vontade. Ele refuta o conceito utilitarista de “vontade do povo”, pois é impossível chegar-se a uma “vontade geral do povo”, uma vez que há a fragmentação das vontades e as preocupações individuais.

Segundo González (2008), Schumpeter propõe uma nova abordagem, que reconcilia a perspectiva elitista com a democracia, pois deixa evidente que a democracia não é impossível por existirem as elites, já que ela consiste no próprio processo de selecionar as elites governantes<sup>3</sup>.

## **B – Uma teoria econômica da democracia<sup>4</sup>**

O pressuposto teórico de Downs é o seguinte:

O modelo neste estudo ocupa uma zona de penumbra entre os modelos normativo e descritivo. Não é normativo, porque não contém postulados éticos e não pode ser usado para determinar como os homens deveriam se comportar. Nem é puramente descritivo, já que ignora todas as considerações não-rationais, tão vitais para a política no mundo real. Todavia, ele se relaciona a ambas essas fases da economia política e tem uma função distinta em cada uma delas (p. 52).

### **1 – Introdução**

Segundo Downs, a teoria econômica não foi capaz de produzir uma regra satisfatória de comportamento dos governos. Ele pretende, porém, fornecer uma regra, “postulando que os governos democráticos agem racionalmente para maximizar o apoio político” (p. 41). Uma ação racional é aquela “eficientemente planejada para alcançar os fins econômicos ou políticos”, selecionados pelo governo. Seus objetivos são os seguintes: (i) uma estrutura política

---

<sup>3</sup> Cf. GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. *Democracia e conselhos de controle de políticas públicas: uma análise comparativa*. Tese de doutorado em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

<sup>4</sup> DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. (*An Economic Theory of Democracy*, 1957). Trad. Sandra G. T. Vasconcelos. São Paulo: EDUSP, 1999.

democrática, permitindo partidos de oposição; (ii) um contexto de incerteza; (iii) e eleitores racionais.

Downs quer propor um modelo realista face aos vários modelos econômicos de governo tais como normativos, orgânicos e individualistas; Estado que faz transferência de renda e ações que produzem benefícios individuais; relação entre fins individuais e sociais por meio de um postulado puramente ético. “Queremos descobrir qual forma de comportamento político é racional tanto para o governo quanto para os cidadãos de uma democracia” (p. 42).

## 2 – Motivação partidária e a função do governo na sociedade

O governo, no entender de Downs, é um agente social que tem a função especializada na divisão do trabalho, isto é, formular e executar políticas governamentais. “O objetivo central das eleições numa democracia é selecionar um governo” (p. 46), sendo o cidadão racional quando pode escolher um governo eficiente. O partido político é uma coalizão de pessoas que buscam controlar o aparato de governo através de meios legais. Além dos partidos existem na sociedade outras coalizões que tomam decisões: os cidadãos individuais e os grupos de interesse (corporações, sindicatos e associações comerciais). O axioma do interesse pessoal: “Os homens são sempre egoístas, mesmo na política” (p. 49). A motivação da ação partidária: do axioma do interesse pessoal, Downs deduz o que motiva as ações políticas dos membros partidários – “Supomos que eles agem somente com o intuito de obter renda, prestígio e poder que resultam de estar no cargo; seu único objetivo é colher recompensas de ocupar um cargo *per se*. Eles tratam as políticas puramente como meios de atingir seus fins privados, que eles conseguem alcançar somente se forem eleitos”. Hipótese fundamental: “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas” (p. 50). Essa teoria baseia-se no axioma do interesse pessoal, tendo dois limites às ambições privadas: 1) não cometer atos ilegais, tais como aceitar subornos ou usar o poder para violar a Constituição; 2) não se beneficiar à custa de qualquer outro membro de sua própria equipe partidária (id. p. 52). Desse modo, desempenhar sua função social é, para os membros de um partido, “um meio de alcançar suas ambições privadas” (p. 56).

## 3 – A lógica básica do voto

O governo planeja políticas para “descobrir alguma relação entre o que faz e como os cidadãos votam”. O axioma de Downs é que os cidadãos agem racionalmente em política. “Esse axioma implica que cada cidadão vota no partido que ele acredita que lhe proporcionará mais benefícios do que qualquer outro” (p. 57). Renda de utilidade proveniente de atividades governamentais: os cidadãos recebem constantemente benefícios provenientes de atividades governamentais. Num contexto em que o cidadão racional recebe informações toma sua decisão em relação ao voto assim: “Através da comparação do fluxo de renda de utilidade proveniente da atividade governamental recebida sob o presente governo e aqueles fluxos que crê que teria recebido se variados partidos de oposições tivessem estado no governo” (p. 70).

#### 4 – A lógica básica da tomada de decisão governamental

A teoria econômica supõe, tradicionalmente, que a função social e o motivo privado do governo consistem da maximização da utilidade social ou o bem-estar social. A hipótese de Downs, ao contrário, é a seguinte: 1) A função social do governo não é idêntica ao seu motivo privado; 2) mas, a maximização de votos, e não a utilidade ou bem-estar; 3) e o governo é um partido em disputa com outros partidos pelo controle do aparato de governo (p. 71). Enfim, segundo o modelo de Downs, “como o governo deseja maximizar o apoio político, ele executa aqueles atos de gastos que ganham a maior quantidade de votos por meio daqueles atos de financiamento que perdem a menor quantidade de votos” (p. 71).